

Desestatização é meta do governo Paulo Maluf

O presidenciável Paulo Maluf pretende interromper, se eleito, uma das principais dualidades filosóficas da história brasileira: o movimento pendular entre o estatismo e a livre iniciativa. Ele quer chegar ao Palácio do Planalto comprometido com a liberdade de empreendimento, por achar que "democracia não se faz só com liberdade de opinião e liberdade de imprensa".

O deputado alega que "o Brasil precisa de um milhão de empregos novos por ano e seria injusto condenar a mocidade ao sub-emprego e ao desemprego". Afirma que a criação desses empregos "obriga a investimentos que devem ser feitos não só com motivação, mas também pelo estímulo do governo à livre iniciativa".

Maluf afirma que sua primeira tarefa será a de reverter a atual ênfase da economia, do setor financeiro para o setor produtivo. Observa que "hoje em dia, vemos um comportamento voltado para a especulação. Basta abrir os jornais e conferir o espaço dedicado ao rendimento das caderetas de poupança, dos CDBs, do dólar, do ouro, das ORTNS, do open e do over, em comparação com o pouco espaço ocupado com os empreendimentos industriais, comerciais, agrícolas e de serviços".

Para ele, "isso gera na nossa mocidade uma mentalidade especulativa que deveria dar lugar à mentalidade voltada para a produção". Sem deixar de mencionar que seu compromisso com o desenvolvimento econômico equivale à sua preocupação com realizações no campo social, o deputado revela a fórmula que pretende utilizar:

"Pretendo dar prestígio e apoio às novas empresas industriais através das bolsas de valores, que em países como os Estados Unidos, Japão e Alemanha Ocidental tiveram papel decisivo na democratização do capital e na profissionalização das diretorias das empresas."

"Dessa forma" — observa o "presidenciável, ainda se reportando à experiência do capitalismo externo bem sucedido — "separou-se bem o ganho de capital do ganho pela capacidade profissional. Creio que é fundamental que se tenha produção suficiente de alimentos para satisfazer às primeiras necessidades a um custo compatível com a renda familiar", diz Maluf, acrescentando que "a agricultura e a pecuária precisam ser prioritárias e incentivadas com novas normas e nova tecnologia, para que o campo seja industrializado e sofre menos perdas.

Para isso, temos boas condições de sol, água e solo".

Ele acha difícil definir, por enquanto, se manterá a economia indexada ou não, pois "precisamos de estudos mais profundos", e ataca o que considera o pior dos males da economia:

"O Brasil tem se caracterizado pelo combate aos efeitos, e não às causas dos problemas. Veja só: os orçamentos fiscal, monetário, da previdência e das estatais. Eu quero elaborar esses orçamentos a partir de uma visão clara das prioridades em investimentos. Quanto a exugar as despesas com custeio, isso vai continuar porque em qualquer empresa é preciso aumentar o investimento e diminuir o custeio".

Voltando a atacar a dívida externa, que considera "uma espada de Dâmonos sobre a economia brasileira", o deputado insiste na renegociação governo a governo, ao acusar a negociação anual de "penosa e humilhante". Declara que quer negociações de governo a governo para ampliar os prazos de carência e de pagamenito e diminuir os juros, pois "o Brasil precisa sair das páginas dos jornais estrangeiros como inadimplente, porque é um bom parceiro, responsável, inclusive, através de suas importações, pela expansão de mercados em países aos quais devemos".